

O CONSELHO ESCOLAR COMO COMPONENTE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Sheila Beatriz Fernandes¹
Priscila Kaline Lima Costa ²
Gilberliane Mayara Andrade de Melo³

RESUMO

Este trabalho aborda o conselho escolar como elemento da gestão democrática. A discussão surgiu na disciplina optativa Financiamento da Educação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. O objetivo do presente estudo é discutir a importância do conselho escolar para construção de uma gestão democrática, bem como, apresentar os recursos financeiros direcionados a melhoria da escola. O material empírico é referente a uma pesquisa de campo executada a partir da entrevista semiestruturada realizada com a secretária geral e vice-presidente do conselho escolar de uma escola estadual no município de Apodi/RN e foram utilizados materiais bibliográficos, como: Paro (2011), Dourado (2001), Oliveira (2007), Adrião e Camargo (2007). Baseando-se nos estudos teóricos constatou-se a necessidade do conselho escolar ativo que desenvolva um trabalho efetivo na busca de discutir os problemas ocorrentes na escola e a participação de todos nas suas decisões. A entrevista expõe as dificuldades de funcionamento do Conselho na escola e o não reconhecimento da sua importância pela gestão.

PALAVRAS-CHAVE: CONSELHO ESCOLAR; GESTÃO DEMOCRÁTICA; FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.

Introdução

Democracia refere-se a uma forma de governo ou comumente de um governo da maioria, porém as relações cotidianas no âmbito escolar e suas decisões a serem tomadas, ficam nas mãos de uma única pessoa, o diretor. O que se observa são atitudes autoritárias onde os princípios democráticos não se inserem; visto que a escola deve ser um lugar privilegiado para a construção do conhecimento e como principal base das relações humanas. Esta viabiliza não só a produção de conhecimentos, como também de

¹ Graduando Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia. sheylla_jc@hotmail.com.

² Graduando Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia. priscilakaliny@hotmail.com.

³ Graduando de Direito Pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi. gilberliane_melo@yahoo.com.br.

atitudes necessárias à inserção neste novo mundo com exigências cada vez maiores de cidadãos participativos e criativos.

Segundo Paro (2011), a escola se depara atualmente com duas vertentes: a que tem resistido às mudanças, mantendo sua estrutura estática, fechada, burocrática e mecânica e a que vivência as práticas democráticas. A titulada gestão democrática na qual a escola está inserida, significa a união entre instrumentos formais, eleição de direção, conselho escolar, descentralização financeira e práticas efetivas de participação da comunidade.

Uma gestão democrática implica a democratização do processo de construção social da escola, mediante a elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, onde o gestor (não diretor), através de articulação entre os diversos segmentos da escola, compartilha decisões de forma coletiva e não autoritária.

Este artigo foi desenvolvido como requisito da disciplina optativa Financiamento da Educação realizada por acadêmicas de pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mediante a análise das observações constatou-se a necessidade do conselho escolar ativo, que desenvolva seu trabalho buscando solucionar os problemas ocorrentes na escola. A investigação realizada tem como fim específico discutir a importância do conselho escolar para a formação da gestão democrática, bem como mostrar os recursos financiadores direcionados a melhoria da escola.

A coleta de dados empíricos deu-se por meio da entrevista semiestruturada realizada com a Secretária Geral, e vice-presidente do conselho escolar que atuou no ano passado como vice-diretora da escola estadual no município de Apodi, RN. Além disso, o uso de material bibliográfico, utilizando autores direcionados à área de financiamento da educação como Oliveira (2007), e os autores direcionados a Gestão democrática, Paro (2011), Dourado (2001), Adrião e Camargo (2007).

Essa comunicação aborda três discussões: no primeiro momento discute os pressupostos da gestão democrática e mostra os órgãos financiadores da educação e suas respectivas funções. No segundo momento, apresenta a entrevista realizada na Escola Estadual de Apodi/RN no intuito de perceber a importância do conselho escolar na formação da gestão democrática. Considerando que a efetivação dessa gestão está ligada a participação efetiva do conselho escolar e da comunidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A gestão democrática tem como princípio a igualdade proporcionando a todos os integrantes do processo participativo, a condição de sujeito ativo no seu reconhecimento como interlocutor válido. Permite aos participantes atitudes de igualdade, intervenção e decisão criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades e ação diante dos processos decisórios. A política de gestão democrática do ensino ganhou destaque em termos de legislação a partir da Constituição Federal de 1988, que a incorpora como um princípio do ensino público na forma da lei. Porém, muito antes disso, já era estudada e reivindicada por alguns segmentos da sociedade.

A proposta dessa gestão ganhou corpo no contexto de transição democrática; na contestação das práticas de gestão escolar dominantes sob o regime militar e na luta pela construção de uma nova escola. Isto é, uma escola aberta à participação popular e comprometida com seus interesses históricos, com vistas a mudanças sociais duradouras e significativas para esse segmento. Russo⁴ (2007, p. 91), aponta que “*somente uma gestão democrática, que realize aco-gestão, pode garantir que os seus interesses e necessidades dos usuários da escola pública sejam atendidos*”.

Já o papel do conselho escolar é de apresentar-se como espaço público, nos quais tensões e conflitos, ao serem superados, desestabilizam práticas monolíticas “harmoniosas” de gestão, ao mesmo tempo em que se configuram como espaço institucional de articulação de soluções locais para os problemas do cotidiano escolar.

O projeto político pedagógico é importante, pois, indica à escola a direção a seguir, não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias, tendo de ser completo e suficiente para não deixar dúvidas sobre a rota da escola. E sendo também flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Relacionado à fundamentação legal do funcionamento da educação, cabe a gestão democrática entender os limites e as possibilidades da lei, não como expressão de normas jurídicas, mas como instrumento indutor de modificações das práticas escolares. Essas mesmas práticas devem ser comprometidas com o aumento da qualidade social que se deseja inaugurar. O Art. 14 cita que:

⁴RUSO, Miguel H. **Contribuições da Administração Escolar**. In: BAUER, Carlos et al. Brasília: Liber Livro, 2007. p.69 – 97.

O sistema de ensino definirá as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Toda escola conta com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que é vinculado ao Ministério da Educação (MEC). FNDE é uma entidade pública, fiscalizada pelo Estado, mas que possui autonomia para sua gestão. Este foi surgindo aos poucos, com a fusão de vários órgãos do governo e existe amais de 40 anos, criado oficialmente pela lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. Aparecendo para ser um órgão de excelência na execução de políticas públicas, possui uma relação direta com as secretarias do MEC, pois, elas pensam as políticas educacionais, e o FNDE as executam.

Os programas que são vinculados ao FNDE, são: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas da rede pública de ensino e às escolas de educação especial de entidade filantrópica ou por elas mantida; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Transferência de recursos financeiros a Estados e municípios destinados à alimentação escolar; Brasil Alfabetizado – Recursos para capacitação de alfabetizadores por meio de parcerias com Estados, municípios, empresas privadas, universidades, organizações não governamentais e instituições civis para alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais; Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Fazendo Escola/Peja) - Programa desenvolvido em conjunto com os governos estaduais e municipais, por meio de assistência financeira suplementar, para aquisição de livro didático e abastecimento de alimento. Além disso, a contratação temporária de professores quando necessária a ampliação do quadro formação continuada dos docentes; Programa nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) – transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, a Estados e municípios para o transporte escolar de alunos da educação básica pública residente na área rural.

Outro recurso que a escola conta é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) entrou em vigência dia 19 de dezembro de 2006. Suas ações são direcionadas para a rede pública de ensino e para as escolas que mantêm convênios com as prefeituras, destinado a financiar a

educação básica como um todo. Tal proposta visava contemplar as diferentes etapas e modalidades, em grande medida ignoradas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que surgiu nos anos de 1990 na proposta da constituição. Existem três tipos de repasse de recursos: as transferências diretas, as transferências voluntárias e a execução direta que é a transferência do produto e não do dinheiro, como nos programas do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO).

Na perspectiva de Paro (2011), o termo diretor e administrador escolar são referentes às pessoas em posição de chefia, sendo vista antônima da palavra gestor que toma posição de mediador. Paro(2011) discute também a escolha do diretor citando três alternativas sendo elas pelo executivo (indicação de instâncias superiores), concurso público e a eleição pela comunidade escolar. Sendo a última alternativa, a eleição, pertinente porque ela contribui para o avanço da democracia ao contrário, do executivo e concurso público que afastam a participação da comunidade. A formação do diretor é apresentada por Paro (2011) em duas vertentes: formação específica ou a direção deve ser exercida pelo professor.

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL EM APODI R/N

O Conselho Escolar desenvolve uma atividade de suma importância na escola, garante o envolvimento de todos os segmentos (pai – aluno – professor – funcionário – direção) na tomada de decisões que a abrange, elemento necessário para a formação da gestão democrática. Muitos Conselhos Escolares são criados, porém sua função não tem sido entendida e valorizada, submetendo-se a participação do conselho apenas nos entraves burocráticos e problemas graves na relação de aluno e escola, ou seja, em caso de expulsão do aluno para outra instituição.

O Conselho tem a função de cuidar na manutenção da escola e participar da gestão pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Os conselheiros têm o papel de definir e fiscalizar as aplicações dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores. Os pais e alunos têm direito de participar da gestão, pois

é uma forma de envolver-se na escola, na construção do projeto político pedagógico e acompanhar as verbas que são repassadas para a escola. Para entender um pouco do funcionamento do Conselho Escolar foi realizada uma entrevista numa Escola Estadual de Apodi no intuito de perceber a importância do conselho e as ações realizadas na escola para construção de uma gestão democrática.

Na escola pesquisada, a partir do discurso da Secretária Geral e vice-presidente do conselho escolar foi encontrada na escola elementos da gestão democrática, o Conselho Escolar segundo a entrevistada:

Foi criado como exigência do sistema, Estado e Dired. Houve um dia de discussão e capacitação e foram formados os conselhos numa reunião com todos os representados dos segmentos da escola: Professor- Direção- Funcionário- Pais- Alunos. A eleição dos novos representantes acontece a cada dois anos.

A discussão decorre para a vice- presidente sobre a função do Conselho na escola. Nesse momento, percebe que ela possui pouca experiência como membro do Conselho, mais comenta que a função deste está em auxiliar e participar do funcionamento escolar, na tomada de decisão e reflexão coletiva dos problemas que envolvem a escola. De acordo, com a entrevistada o conselho é importante, pois:

O Conselho dá suporte para a direção como um todo. A tomada de decisões coletiva podendo trazer muitos benefícios ao aluno tentando procurar meios para uma aprendizagem significativa e ajuda na resolução dos demais problemas vivenciados pela escola. O governo Federal disponibiliza uma cartilha para as escolas que discute o conselho escolar explicando a importância e as demais coisas relacionadas.

A vice-presidente nos fala a quantidade dos participantes do conselho da sua escola seguindo o modelo estipulado pelo governo Federal. A quantidade pode variar, mediante os turnos oferecidos pela escola são aumentados os números de participantes. Os segmentos são: pai/aluno/professor/funcionário é um representante de cada segmento para cada turno que a escola funciona. Nesta escola, no geral são 29 participantes contando com os suplentes, cada pessoa da classe dos segmentos tem um

suplente para assumir, caso haja desistência ou outro problema. Temos, o cargo de presidente, vice-presidente, secretário (a) e a participação dos gestores. Além destes, os representantes dos segmentos por turno: matutino, vespertino e noturno totalizando 17 participantes sem os suplentes.

Ao questionar sobre quais os resultados provenientes do conselho escolar a vice-presidente do conselho no município de Apodi, mencionou que:

Muito pouco, porque falta a participação efetiva, além das decisões burocráticas (assinaturas, problemas entre aluno / escola). Para funcionar melhor esse conselho a direção precisaria reconhecer a sua importância para a escola. Para os professores é difícil tempo muitos tem que cumprir uma carreira de 60 horas (por semana) dentre outros empecilhos dos demais segmentos.

No que diz respeito às ações realizadas pela escola para uma gestão democrática, a vice-presidente relata que é muito pouco incentivado a participação de todos os segmentos no funcionamento escolar. Talvez os gestores sejam consumidos pela burocracia (prestação de contas, projeto Político Pedagógico para atualizar que muitas vezes não são refletidos os resultados e as falhas, por causa da exigência dos que estão acima). A direção enfoca tanto isso que, muitas vezes, esquece os elementos que são muito importantes.

A participação da comunidade e os pais na escola, segundo a entrevistada a presença dos pais oscilam em dois pontos: nos eventos (Dia das mães, Dia dos pais) a maioria participa já nas reuniões para tratar os problemas da escola e os seus filhos, poucos frequentam nesse momento. Percebe-se o mesmo nos outros segmentos, pois os próprios professores e funcionários (presentes constantemente) muitas vezes não estão esclarecidos do que acontece na escola, como a importância e função do Conselho Escolar.

Nesse momento, foi realizada a indagação do que a entrevistada entende por gestão democrática, ela afirma:

O governo tem uma visão muito restrita de democracia, pois a eleição direta para diretores não constrói uma gestão democrática. Ela é feita através da participação de todos os segmentos nas decisões que envolvem o âmbito escolar. Nossas escolas ainda não têm conseguido atingir uma gestão

democrática e ficará difícil enquanto o sistema maior continuar intacto em suas decisões.

Apesar, da gestão democrática ainda não está presente nas escolas, nosso dever como cidadão é procurar através das entidades existentes na escola, como o Conselho escolar, elementos que abrem caminhos para construir uma gestão democrática. O Conselho Escolar que cumpre sua função na escola traz discussões pertinentes para formar coletivamente momentos de conquistas e democráticos. Não pode é deixar esses questionamentos desfalecerem e contribuir para a dominação da instituição (escola), pelos seus dirigentes.

CONSIDERAÇÕES

Acreditamos que a efetivação da gestão democrática esteja ligada à mudança nos fins da educação, e não somente em alguns processos. A escola não se tornará democrática por meio da simples instalação do Conselho de Escolar, mas, sim, a partir do momento em que seus objetivos estejam atrelados aos da comunidade escolar e que a mesma participe com poder de decisão na gestão.

Na construção deste presente artigo conseguimos perceber a importância do funcionamento do Conselho Escolar como espaço de participação e discussão da comunidade. Através das entrevistas entendemos o conceito de gestão democrática, compreendida como uma gestão de todos que envolvem a escola, seja no setor financeiro, na relação professor/aluno e nas demais decisões necessárias. Referente aos recursos financiadores são sentidos a ausência de autonomia, pois os recursos são destinados diretamente aos setores a serem investidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernandes. PARO, Vitor Henrique (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

MADZA, Edinir. BASI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**. Estado, Editora, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. 3. Ed. São Paulo; Xamã: 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. Cortez: 2011.